



associação para a
Promoção e Desenvolvimento
da Sociedade da Informação

Apresentação Pública
Modelos de Governação na
Sociedade da Informação e do
Conhecimento

21 de Abril de 2009
Fundação Calouste Gulbenkian

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Luís Borges Gouveia

Patrocinadores
Específico

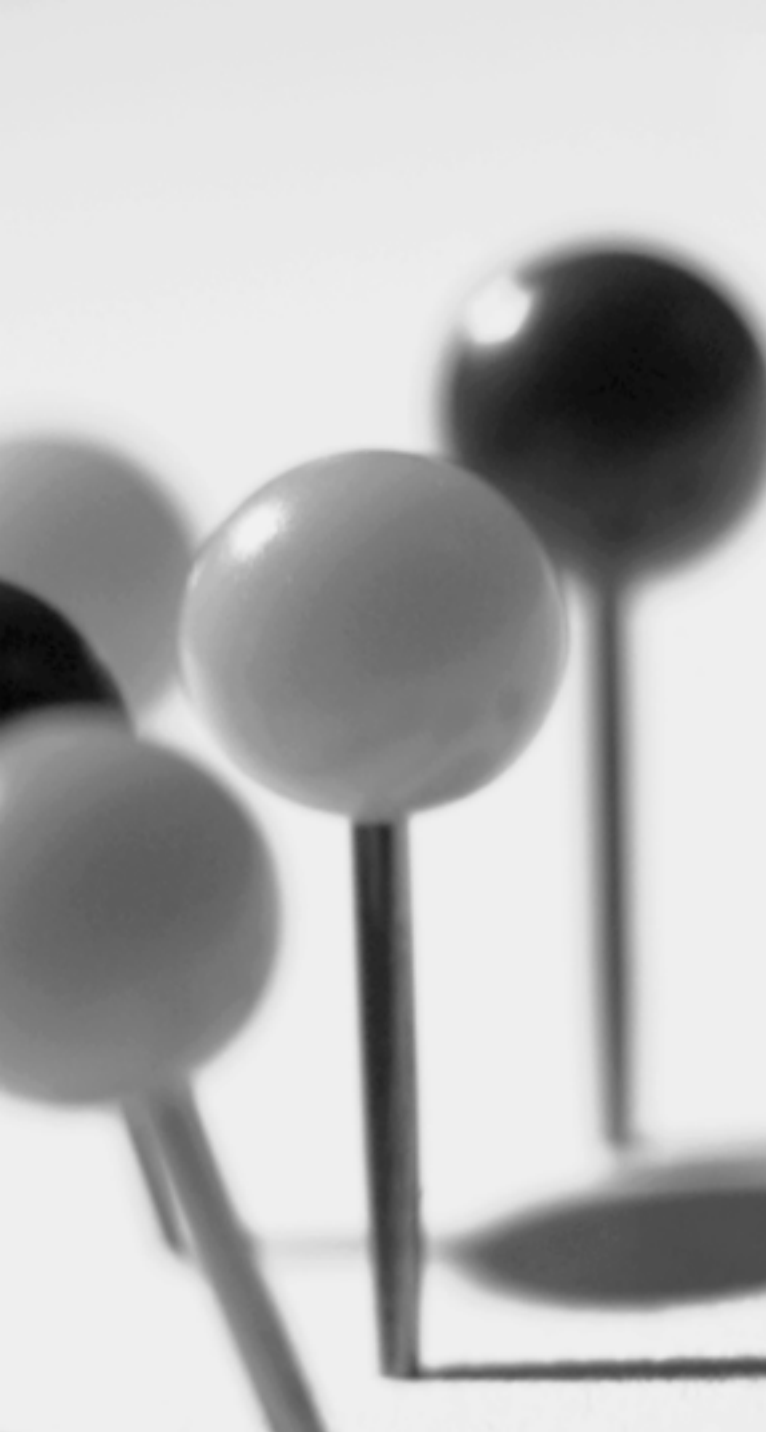


Patrocinadores
Globais



Microsoft



A decorative background on the left side of the slide features several spheres of varying shades of gray and black, each mounted on a thin black stick. The spheres are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some appearing to be in the foreground and others receding into the background. The sticks are positioned at different angles, some vertical and some slightly tilted.

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Estudo APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Luis Borges Gouveia

21 de Abril de 2009

Agenda

- O estudo
- A equipa
- O relatório
- O tema
- As recomendações

Agradecimentos



O estudo

- Modelos de Governação
 - da governação
 - ...à e-governação
- Sociedade da Informação e do Conhecimento
 - o Digital
 - a Economia do Conhecimento
- e-governo
 - Estado
 - Administração Pública (central e local)

Estudo

- Objectivos
 - Reflectir sobre os modelos de governação na Sociedade da Informação
 - Enquadrar o tema no contexto actual de uma nova realidade económica e social
 - Avaliar o potencial e impacte face à Economia do Conhecimento
 - Proporcionar um documento de reflexão para a sociedade civil e decisores políticos
 - Propor um conjunto de recomendações

Equipa

- Contribuíram para o estudo:
 - Carlos Carvalho
 - Feliz Ribeiro Gouveia
 - José Manuel Moreira
 - José Ruivo
 - Luís Borges Gouveia
 - Nuno Correia Neves
 - Pedro Gomes
- Coordenador:
 - Luís Borges Gouveia

O relatório

- Constituído por um documento de 105 páginas
 - Sumário executivo + 10 capítulos
 - Corpo principal, 51 páginas
 - Contribuições individuais, 41 páginas
 - Lista de referências, 5 páginas
 - Figuras:
 - 14 (corpo principal) e 8 (contribuições)
 - Referências:
 - 54 (corpo principal) e 36 (contribuições)

3. A Economia do Conhecimento

Embora o estudo do contexto da Sociedade da Informação seja essencialmente o estudo do recurso a tecnologia e o seu impacto, não se esgota nestes temas.

Uma das suas dimensões essenciais são os acontecimentos de Setembro de 2008, ainda mais sensível esta dimensão, a definição das prioridades de acção. A organização de créditos e produtos financeiros tem um carácter de transição e ruptura e proporcionam respostas adequadas para o médio prazo.

Crise do subprime

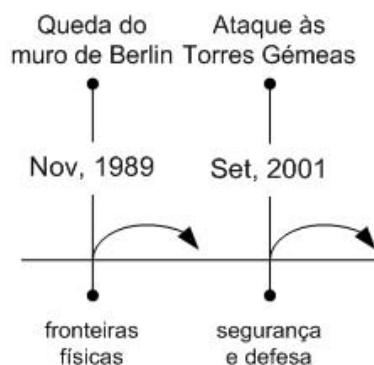


Figura 1: Sucessão de acontecimentos

É possível verificar, em maior ou menor medida, a influência da globalização e mesmo das preocupações com o ambiente, que introduziram práticas diferenciadas e que contribuíram para uma sucessão de acontecimentos associados com o território e a transformação de percepção e uso

Glocalização identifica a personalidade do local (nas suas dimensões sociais e culturais) face à projecção global, imposta pelo fenómeno da globalização.

A situação actual, caracterizada por ser muito volátil e mutável, é difícil de caracterizar face aos tradicionais modelos económicos e dificulta a opção por perspectivas mais ou menos estáveis. As variáveis mudam e as suas relações também, sendo objecto de recombinação. Deste modo, a geometria variável e dinâmica com que se percebe a realidade, permite constatar que o factor de mudança é agora uma constante. Neste contexto, tanto os esforços de análise e diagnóstico tem de ser rapidamente transportados para a prática, para serem efectivos, como a sua prática se tem tornado mais interactiva e baseada na acção – reflexão, ao invés de estudos preliminares de grande profundidade, cujo o próprio tempo de realização os torna obsoletos.

Geometria variável e o variável como invariante

O digital e a sua relação com a Sociedade da Informação e do Conhecimento é óbvia. No entanto, mesmo a sua influência com o fenómeno da globalização deve ser considerado. São diversas as suas implicações (Gouveia e al., 2009):

Globalização

- Globalização das finanças e capitais;
- Globalização dos mercados e estratégias (em particular a concorrência);
- Globalização da tecnologia e do conhecimento;
- Globalização dos modos de vida, dos padrões de consumo - globalização cultural;
- Globalização das capacidades reguladoras e de governação.

Uma discussão exaustiva das alterações no sistema internacional provocadas pelo fenómeno da globalização é realizada Gouveia e al. (2009). Neste contexto cabem enormes oportunidades a que correspondem desafios de igual dimensão e que

O relatório – corpo principal

- 1. Introdução**
- 2. O Contexto Actual**
- 3. A Economia do Conhecimento**
- 4. A Transição: a organização em rede**
- 5. Da governação à e-governacão**
- 6. Modelos de governacão**
- 7. Recomendações**

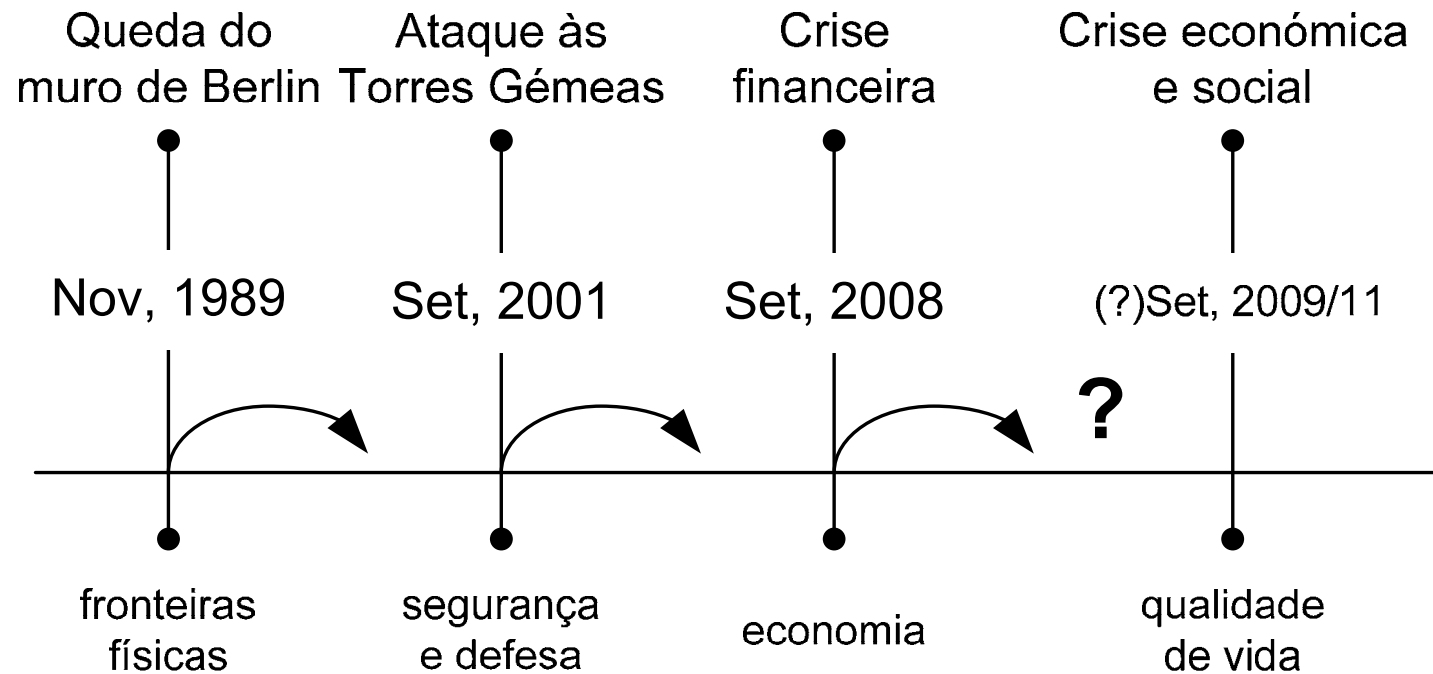
e referências

O relatório

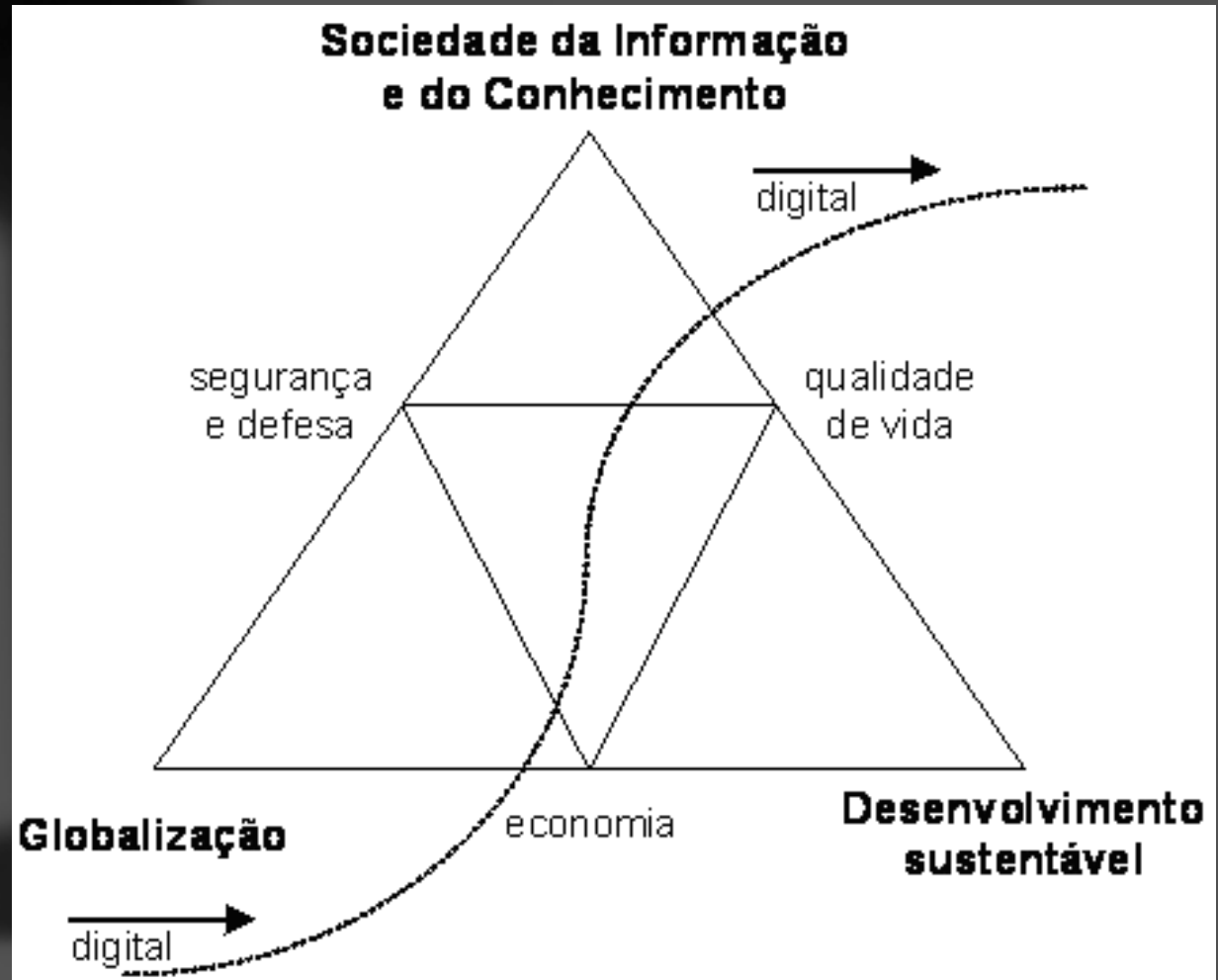
- contribuições individuais

1. “Governance” e o Direito na Sociedade da Informação e do Conhecimento, Carlos Carvalho
2. Governação e a Gestão da Informação, Feliz Ribeiro Gouveia
3. Para uma outra forma de olhar para a “coisa pública”, José Manuel Moreira
4. A Maturidade na Gestão das Tecnologias de Informação. José Ruivo
5. O Emprego de Sistemas de Informação na Gestão de Recursos Humanos do Exército, Nuno Neves
6. A importância das certificações nas tecnologias de informação, Pedro Gomes

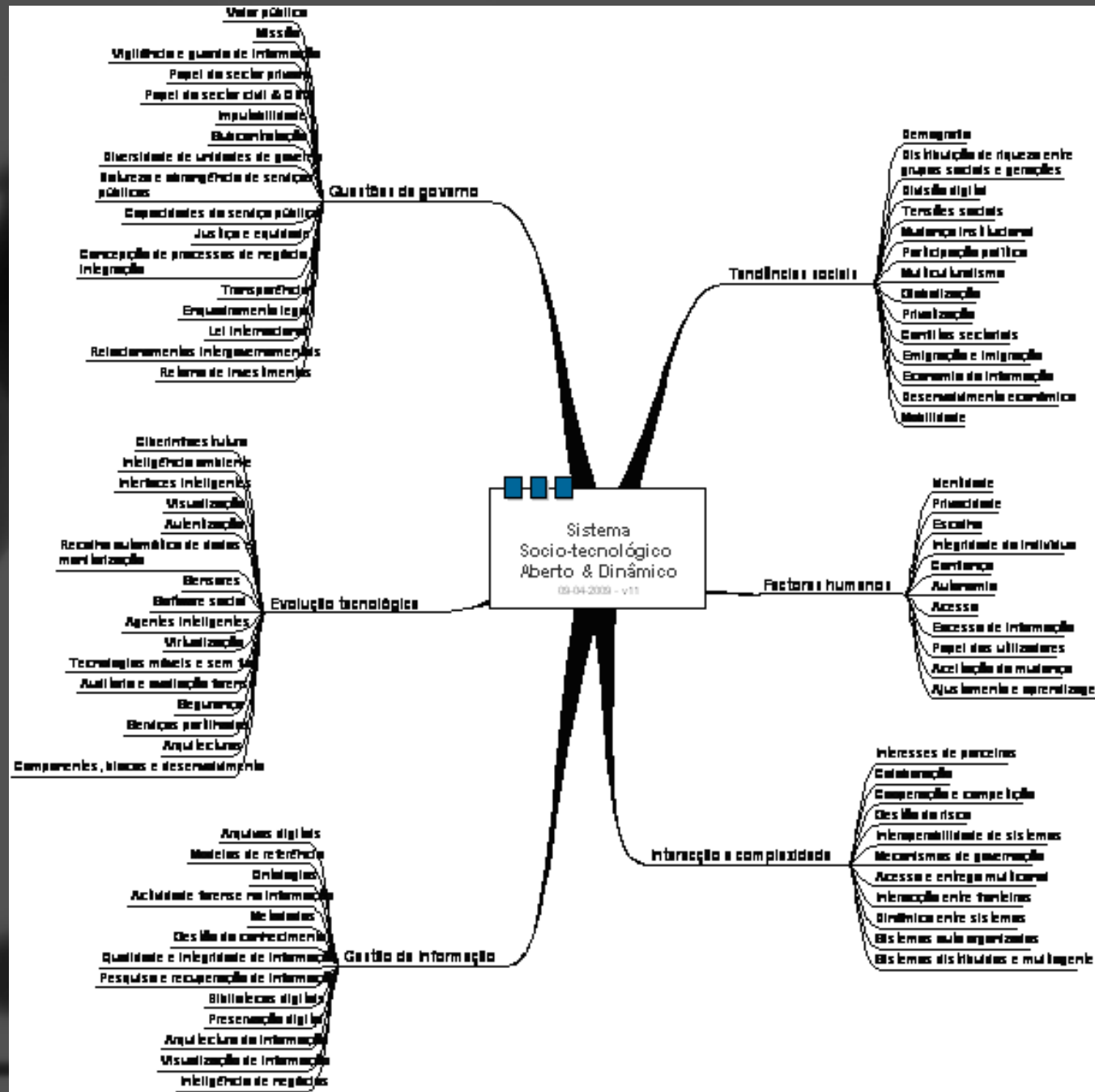
O tema: enquadramento



“ O rolo compressor ”



O t e m a



Alternativas de conceptualização Finger e Pécoud (2003)

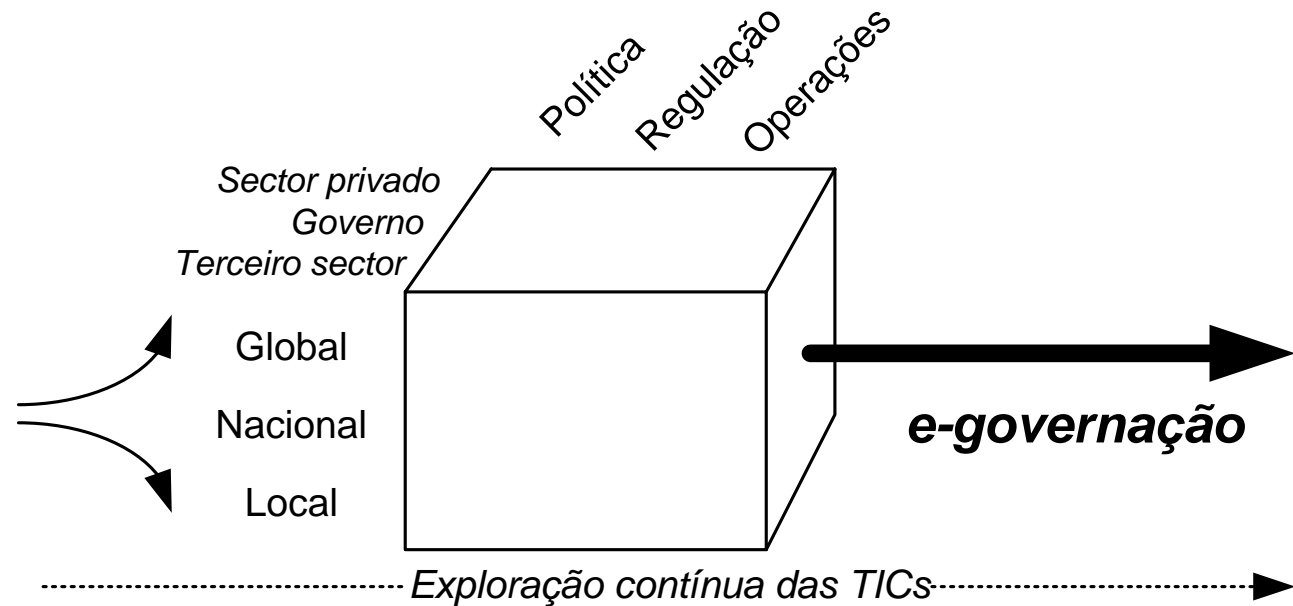
e-governança como	satisfação do cliente	processos e interacções	ferramentas
<i>Níveis de políticas</i>	Nacional e por vezes local	Nacional e local	Nacional e por vezes local
<i>Actores</i>	Consumidores, administração	Público e privado	Estado
<i>Funções de políticas</i>	Operações, prestação de serviços	Operações e produção de políticas	Em geral, prestação de serviços
<i>Uso de TICs</i>	Substituição e comunicação	Interacção	Baseado na tecnologia

Nova Administração Pública Navarra e Cornford (2004)

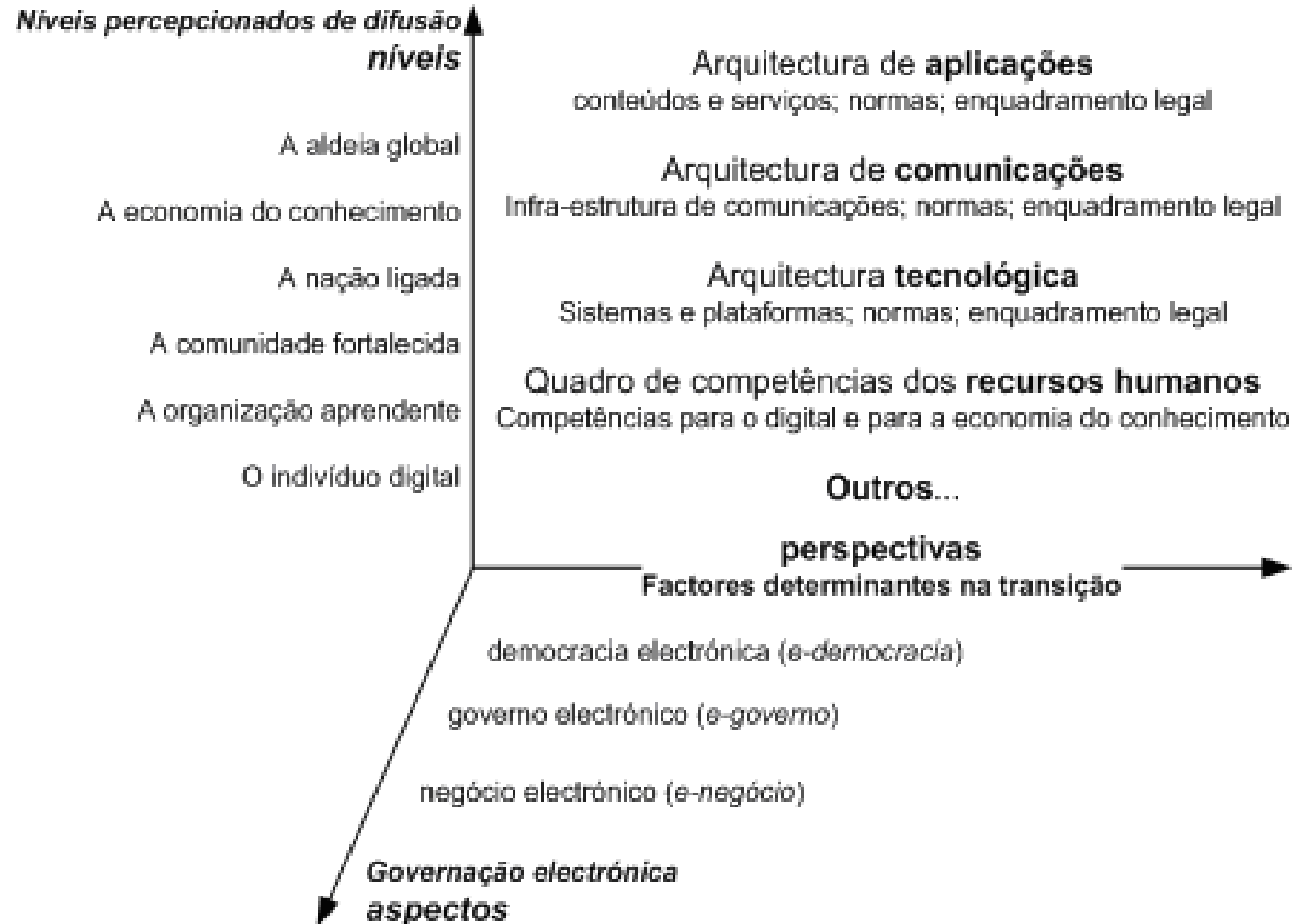
	<p>DESCENTRALIZAÇÃO Passagem de responsabilidade para autoridades locais Proximidade Devoção</p>	
<p>COMUNICAÇÃO Marketing e boas práticas Monitorização de contratos Partilha de riscos</p>	<p><i>Dimensão partilhada</i> E-GOVERNO Medir o desempenho Gestão por objectivos Reinventar o governo Orientação ao cliente e participação</p>	<p>EFICIÊNCIA Práticas de gestão Gestão de processos de negócio</p>
	<p>TRANSPARÊNCIA Gestão de desempenho Orçamentação programada Foco no cidadão</p>	

	Gestão <i>managerial</i>	Consultivo <i>consultive</i>	Participado <i>participatory</i>	Disciplinar <i>disciplinary</i>
Actores e interesses	Governo, clientes, negócios, media	Governo, clientes, negócio, grupos de interesse	Associações voluntárias, grupos de interesses, grupos autónomos	Governo, negócio, NGOs
Foco nas políticas	Marketing, eficiência, <i>accountability</i>	Descentralização, transparência, teste de políticas e inovação	Legitimidade do Estado, democracia, participação, envolvimento do cidadão nas políticas e na definição de prioridades	Bem público, vigilância, <i>accountability</i> , cumprimento da lei
Foco nos serviços	Impostos em linha, solicitação de benefícios, balcão único, pesquisa de dados de marketing, informação do governo ao público	e-votação, recolha de opiniões instantânea, petições, reuniões virtuais locais, recolha de opinião e sugestões de eleitores e grupos de interesse	Mecanismos autónomos na fronteira dos Estados, listas de discussão, tecnologias ponto a ponto, e-participação representação, adesão do cidadão e reactividade a políticas	Infra-estruturas de informação aplicáveis a serviços específicos (aplicações verticais)

Modelo de e-governança Finger e Pécoud (2003)

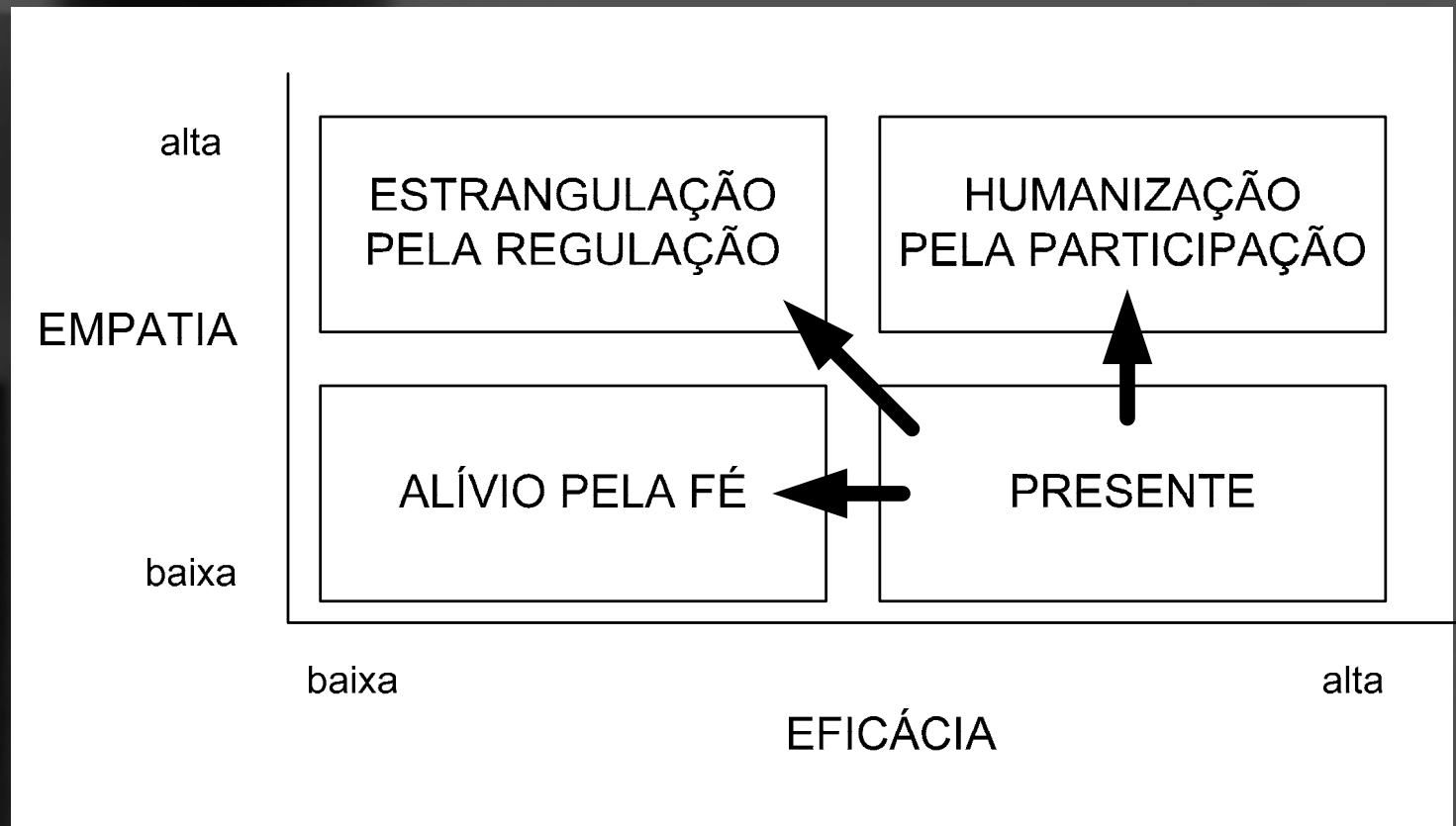


Complexidade



Regulação versus humanização

Ridderstrale e Nordstrom (2006)



As recomendações

- conjunto de recomendações pertinentes para potenciar modelos de governação
 - perspectiva nacional;
 - de acordo com os princípios do digital e da Sociedade de Informação e Conhecimento.
- quase 2 dezenas de recomendações; estrutura:
 - alto nível (estratégicas);
 - médio nível (táticas);
 - baixo nível (operacionais).
- as recomendações de alto e médio nível enunciam condições necessárias para o sucesso e para o devido enquadramento das medidas mais operacionais.

Recomendações críticas

- **educação:** reforço de valores e competências, promotor de comportamentos e de diversidade de pensamento (identidade individual e consciência social, do multiculturalismo e do legado cultural);
- **mobilidade:** maximizar o digital como complemento ao físico (internacionalização de indivíduos e grupos) e capacidade de mobilização, de relacionamento e de capital social;
- **infra-estrutura digital:** assegurar o uso de meios digitais quando e onde forem necessários. Baixo custo e alta disponibilidade promovem o uso e adopção de práticas “sempre ligado, sempre em acesso e acessível”.

Recomendações essenciais, mas difíceis

- **regulação:** essencial nas questões de comando e controle e na capacidade de intervenção e conciliação de interesses. Uma regulação em tempo real e capaz de ser consequente é essencial;
- **segurança:** prover mecanismos de segurança e fomentar uma cultura de segurança (desde as cópias de segurança até à codificação de informação sensível);
- **transparência:** pela simplificação de processos, diminuição radical de tempos de realização e resposta e aumento significativo de reporte de actividade. A centralização de repositórios de informação pública, integrados com as obrigações sociais, legais e fiscais parece constituir uma forma de promover a gestão da informação.

Recomendações para a governação digital (I)

- primeiro, mudar a nossa **relação com o tempo**: de tempo político (ciclos eleitorais) para tempo cultural (gerações e sua carga de competência);
- desígnio, **estratégia e prioridades** em ciclos de 10 anos, desde e a partir do primeiro nível de soberania;
- formar, **promover e estabelecer um perfil de profissionais** de carreira na administração pública central e local que zelem pelos circuitos de governação e promovam uma ética de comportamento público;
- **criar e cuidar de um mercado** de tecnologias de informação nacional pelo incremento de competências e suporte, nomeadamente no uso de *opensource* e posteriormente no aparecimento de propostas inovadoras de novos produtos e serviços de base digital;
- **desenvolver e disponibilizar infra-estruturas** de partilha e comunicação de informação a muito baixo custo (a informação é suporte no contexto actual mas define, pelo esforço associado em a obter, o custo de produção de bens);

Recomendações para a governação digital (II)

- **fomentar o aparecimento de núcleos locais** de produção de conhecimento em temas relacionados com as tecnologias de informação e comunicação, interpretando e produzindo a cultura de proximidade;
- **cuidar** a mobilidade, o ambiente, o território, a segurança, o legado cultural, a preservação da memória histórica, a partilha de conhecimento num contexto de proximidade (todo o casco antigo das cidades nacionais deve reinventar-se neste contexto);
- **valorizar a intervenção humana**, a organização do espaço social, a manutenção e controlo de custos de energia, comunicações e transportes (mas sempre numa lógica de valor para indivíduo e para o espaço social – valor público);

Recomendações para a governação digital (III)

- **assegurar estabilidade** social e garantir a capacidade de permanência das populações no território, em especial promovendo saldos demográficos e etários competitivos em termos globais;
- **reinventar** as instituições de ensino superior (em especial, as Universidades) como locais de confrontação e produção de conhecimento (tal exige coragem mas cria centralidades únicas ao território, pelas oportunidades que cria);
- reorganização e promoção da **identidade territorial** para o interface cidadão-Estado: mapeamento territorial de proximidade em organismos como centros de emprego, centros de saúde, repartições de impostos, entre outros, ajuda a uma melhor arquitectura de informação, facilitando o entendimento e a comparabilidade. Produzir uma matriz de relacionamento destes factores que tenha a coragem de questionar (e alterar!) a actual divisão **político-administrativa** do território.

Nota Biográfica Luís Borges Gouveia



Twitter: [lbgouveia](#)

blogue: <http://lmbg.blogspot.com>

homepage: <http://www.ufp.pt/~lmbg>

email: luis.borges.gouveia@gmail.com

*Professor Associado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da
Universidade Fernando Pessoa*

Doutorado em Ciências da Computação, *University of Lancaster* (UK), Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (FEUP) e Licenciatura em Informática (UPT)
Autor de 10 livros e cerca de 200 publicações de natureza científica em conferências nas suas áreas de especialidade: *e-learning, e-government* e a Gestão da Informação